

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.605 - RJ (2019/0295271-7)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : A N DA C (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido de medida liminar interposto em favor de **A N DA C**, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que a defesa do paciente requereu o relaxamento da prisão, aduzindo o excesso de prazo da prisão preventiva. O requerimento foi negado pela Magistrada de 1º grau.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* no Tribunal de origem, que denegou a ordem.

Nas razões do recurso, a defesa sustenta, em suma, que o paciente está preso preventivamente há mais de 2 anos e 2 meses, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, o que evidencia flagrante constrangimento ilegal. Alega que a defesa não concorreu para esse excessivo retardamento do trâmite processual, inexistindo justificativa plausível para a manutenção da segregação cautelar.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, expedindo-se o alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, não é recomendável o deferimento de liminar que se confunde com o mérito da pretensão formulada no *habeas corpus* (HC 306.389/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe de 14/10/2014; HC 306.666/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 13/1/2014).

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeira instância, informações - a serem prestadas por malote digital, preferencialmente - e a senha de acesso para consulta ao processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

